

Apresentação

Professor Paulo Cesar Scarim

Departamento e Mestrado em geografia da UFES

pcscarim@hotmail.com

A revista *Geografares*, com a escolha do tema *Novos estudos sobre as transformações do espaço agrário capixaba, brasileiro e mundial*, reconhece a relevância do campesinato e da agricultura. Um e outro, em pleno século XXI, concentram metade da população e da mão de obra mundial; produzindo a quase totalidade dos alimentos e da matéria-prima, representam uma incrível diversidade socioambiental. Além disso, campesinato e agricultura protagonizam importantes movimentos sociais e idéias emergentes. Em face disso, pensamos um número da revista que articulasse várias escalas de análise em assuntos, como a luta pela terra, a reforma agrária, a agroecologia, as monoculturas, o agronegócio, as territorialidades, a educação do campo, a economia solidária, a segurança alimentar, entre outros.

Foi com o texto do primeiro parágrafo que iniciamos os trabalhos deste número da revista. Consideramos que, chegado ao final desse processo de recebimento, análise pelo conselho editorial e escolha dos textos, estamos satisfeitos com a acolhida dos pesquisadores e com o trabalho de todas as pessoas que cooperaram com esse decurso exitoso. Os artigos que ora se publicam atendem perfeitamente os objetivos iniciais de contribuir para a análise das transformações complexas por que estamos atravessando nas últimas décadas. E essa complexidade refletir-se-á nas temáticas dos estudos da Geografia (agrária, rural, agrícola etc.) e das áreas afins.

Apesar dum só número da revista não ser capaz de dar conta de todas as temáticas e escalas necessárias para uma análise dessa complexidade, caberá a todos que se identificam com a temática a tarefa de articular sobre as mudanças em curso, refletindo acerca deles. A tarefa da reflexão a partir do território capixaba é ressaltada na leitura dum grande número de artigos. Mas em diálogo com essa particularidade, diversos outros assuntos nos ajudam a lançar olhares sobre outras terras e comunidades espalhadas por este país, assim como suas relações com a sociedade mundial.

A leitura se torna instigante, independentemente da ordem escolhida pelos leitores, devido ao fato de os artigos se referirem a uma mesma temática. Outro motivo, não menor, é o fato de ficar nítido que as separações temáticas e espaciais não se conformam mais. O ambiental, o econômico, o social e o cultural, assim como o rural e o urbano, estão presentes de formas diversas nos temas, cabendo, é claro, um esforço extra, a fim de se enxergarem suas conexões. No que segue resumiremos alguns pontos dos textos ora publicados, que permitem uma visão do conjunto articulado e sua complexidade.

O artigo de Cleberson P. Saraiva, (Aspectos da geograficidade da alimentação num bairro urbano popular: o caso do bairro “Jardim Tropical”, Município de Serra – ES), identificou e analisou os aspectos socioespaciais da geografia criada pelo movimento da sociedade urbana em busca de seus alimentos, tendo como recorte espaço-temporal um bairro popular. Mas ao avaliar a escolha dos objetos geográficos de venda de alimentos, as ações sobre os quintais e o consumo de alimentação orgânica, o autor encontrou uma geograficidade complexa, que tornou necessária uma reflexão crítica acerca dos esquemas de reprodução material da sociedade nas condições atuais da globalização.

Em efeito, esse articulista encontrou uma comunidade urbana em grande parte oriunda de cidades do Norte do Espírito Santo, Sul da Bahia e dos Municípios fronteiriços de Minas Gerais, que migraram durante as décadas de 1960 a 1980. Assim, explica o pesquisador que o surgimento do bairro estudado surgiu em meados da década de 1960, num contexto de aparecimento de diversos novos bairros na grande vitória, quando ocorreu, um “[...] processo de redistribuição da população, com grande transferência de mão de obra das zonas rurais do Estado”. Esse movimento foi motivado pela implantação dos grandes projetos industriais.

Edimilson R. de Souza (Quando os “outros” somos “nós”: migração capixaba e moralidade camponesa no Sudeste paraense) encontra parte da população rural capixaba na Amazônia, que desde a segunda metade da década de 1960 tornou-se um espaço de migração de inúmeros grupos familiares oriundos de vários Estados do país, levando consigo elementos ligados à cultura, à identidade e ao pertencimento.

Esses sujeitos deixaram seus “territórios de origem” e arriscaram-se numa aventura pelas terras “desconhecidas” do coração da Amazônia, com dois principais objetivos: a luta pela (sobre)vivência do grupo e o sonho da posse da terra. Segundo o ensaísta, a migração rumo ao Estado do Pará estava ligada principalmente ao fato de não se poder adquirir terra própria no Estado de origem, visto que parte desses imóveis pertencia aos grandes fazendeiros locais, que pressionavam os pequenos proprietários a venderem suas terras por conta da necessidade de crescimento da produção. Outro fator ligado ao primeiro impossibilitava a compra da terra por conta de sua supervalorização.

Jaime B. Neto (A disseminação de pequenas propriedades rurais e a seletividade étnico-racial no acesso a terras no Espírito Santo, 1850-1940) demonstra que houve uma “[...] conjuntura favorável à apropriação das terras na forma de pequenos lotes por camponeses” até meados do século XX. Essa conjuntura se transformou devido a diversos fatores, entre outros, estes: crescente valorização das terras; desenvolvimento do mercado imobiliário no meio rural; avanço da extração de madeira; propagação da pecuária extensiva; e expansão do agronegócio, principalmente do eucalipto para celulose e da cana para o etanol. O autor diz que esse foi “[...] o destino predominante das terras capixabas entre seu Noroeste e extremo Norte, nos limites com o Vale do Mucuri, onde vivem muitos posseiros mineiros e baianos, e o litoral Nordeste, habitado por muitas comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas”.

Jaime Neto chama atenção para outros pontos principais na formação do espaço agrário dessas áreas. Em síntese, o que fora até aqui discorrido visa a atentar para dois pontos no que diz respeito à formação do espaço rural do Espírito Santo. O primeiro é que “[...] mesmo tendo uma área significativa ocupada por pequenas propriedades, o processo de apropriação de terras no Espírito Santo foi amplamente excludente, sendo desprivilegiados os elementos ‘nacionais’ da população – sobretudo os descendentes de indígenas e negros – em detrimento dum projeto de colonização europeia” que favoreceu os imigrantes forasteiros e seus descendentes.

O segundo é que no momento da expansão do agronegócio, sobretudo a partir da década de 1970, as pequenas propriedades atuaram como rugosidades. Esse foi um dos elementos a partir do qual se estendeu, segundo o autor, a expansão do agronegócio nas porções Norte e Noroeste do Espírito Santo, exatamente nas terras indígenas e

quilombolas, demonstrando novamente a seletividade étnico-racial no acesso a terras neste Estado.

Há uma simultaneidade dum processo complexo e multifacetado nos movimentos da população. Assim, Marilda T. Maracci (Apropriação e re-significação da água pela racionalidade econômica industrial (Espírito Santo – Brasil) explica as origens desse decurso de redistribuição populacional e das mudanças no Estado Espírito Santo que ocorreram de maneira significativa na década de 1960. Em tal contexto, explica, a implantação e consolidação da empresa Aracruz Celulose S/A (atual Fibria) no Brasil apresenta-se tanto como protagonista quanto como resultado desse transcurso associado ao Estado.

Por meio do coprotagonismo do Estado numa evidente parceria com o capital transnacional, o processo de implantação da empresa Aracruz Celulose S/A no Espírito Santo contou com mecanismos de gigantescos financiamentos e diversos incentivos fiscais, operações de captação de recursos internacionais MARACCI, 2010).

Nas palavras de articulista, o “[...] grupo empresarial contou ainda com um suspeito processo de legitimação da propriedade das terras ocorrido na década de 1960-70 no Espírito Santo, com evidentes indícios de irregularidades em relação aos mecanismos duma suposta conversão de terras devolutas”, o que “[...] alterou significativamente o padrão ainda existente de posse e de uso das terras e das águas”, atingindo diretamente as populações locais, a saber: comunidades indígenas (os Tupiniquins e os Guaranis), comunidades de pescadores, comunidades quilombolas e de camponeses.

Maracci considera o complexo geográfico que envolve os conflitos territoriais em questão, pois a problemática da água está intimamente relacionada à da terra, das florestas, da biodiversidade, das culturas tradicionais e das relações sociais, econômicas e de poder.

Para Simone R. B. Ferreira (“Donos do lugar”: a Geo-geografia negra e camponesa do Sapê do Norte – ES) falar de *territorialidade negra* no Sapê do Norte (ES) implica considerar a conflitualidade enquanto contextura continuamente presente, pois “[...] o *conflito* sempre permeou as relações sociais entre a população negra e os grupos dominantes ideologicamente brancos”; o “[...] atual padrão de conflito do Sapê do Norte dá-se entre as comunidades negras e camponesas e o capital moderno da produção de celulose,

sujeitos sociais que se utilizam do mesmo espaço por meio de *territorialidades* diferenciadas”.

Esse padrão deu continuidade à “[...] perspectiva colonial de uso e exploração da natureza” pelos “projetos *des-envolvimentistas* sobre a floresta e seus habitantes, visando a garantir sua efetiva ocupação pelo capital”. Para Maracci “o processo de apropriação dos recursos hídricos realizado pela agroindústria celulósica, vinculado ao processo mais amplo de apropriação territorial, além de aprofundar as assimetrias na distribuição e/ou apropriação social da água, impõe às populações tradicionais atingidas e à sociedade civil, re-significações da água (e do território) em seu uso industrial”.

Se, por um lado, pelos conflitos entendemos o território, por outro, Camilla Lobino em seu artigo (Um breve histórico sobre o processo de ambientalização no contexto capixaba) traz uma reflexão necessária sobre as mobilizações, as abordagens discursivas e as parcerias realizadas pelos agentes sociais, apresentando uma análise da “[...] variabilidade das práticas e discursos das entidades que apresentam a si próprias”. Estudando as associações que se exprimem como ambientalistas, diz a autora que “[...] o Meio Ambiente é uma noção que expressa, antes de tudo, o conflito”. Os sujeitos não compartilham o entendimento a respeito dos recursos ambientais nem sobre o território, pois existe uma diversidade de sentidos sociais que “[...] atravessa a percepção que os atores sociais constroem sobre os ambientes”.

A partir das entrevistas que se lhe forneceram, a autora percebeu que “[...] houve mudanças nos discursos e práticas durante o tempo” em que as entidades ambientalistas participantes do Fórum das ONGs construíram seus espaços de concertação, como espaço de participação alternativo aos conselhos oficiais de Meio Ambiente, e assim atingiram seus objetivos em favor da “revitalização” dos remanescentes de áreas da Mata Atlântica. Por meio dos discursos dos ambientalistas entrevistados, foi possível perceber que “[...] a luta contra o desmatamento permite a execução de pactos e acordos na realização de estratégias corporativas por parte das empresas poluidoras inseridas no paradigma do ambientalismo corporativo”.

Dessa forma, percebemos que um mesmo processo une populações situadas tão distantes dos migrantes capixabas no sul do Pará, passando pelos quilombolas do Sapê

do Norte do ES, os Tupiniquins, os Guaranis, os ambientalistas, as ONGs e as populações de bairros populares da Grande Vitória.

Entretanto, a problemática é mais vasta. As modificações ocorridas no Espírito Santo a partir da década de 1960 se deram num contexto de transformações de todo o território brasileiro. Margarida Cássia Campos (Expansão da soja no território nacional: o papel da demanda internacional e da demanda interna) observa que a expansão da soja no território brasileiro estava atrelada a uma política econômica agressiva de inserção do Brasil no mercado mundial de *commodities* como um dos maiores produtores e exportadores.

Em parte graças ao complexo da soja se explica a modernização e dinamização da agricultura nacional, que, para atender a tal demanda ensejou efetiva ampliação da rede de transportes, estradas, portos e bancos direcionados ao crédito rural. As cooperativas cresceram e expandiram sua atuação junto ao produtor. Com a diversificação das agroindústrias nacionais e internacionais, as comunicações se modernizaram, e o campo tornou-se o lócus da modernidade, principalmente, situa a autora, a partir da década de 1960.

Por essas dinâmicas complexas podemos atualizar a questão da conflitualidade articulada com as territorialidades e as fronteiras, múltiplas, portanto. João E. Fabrini (Os *brasiguaios* e conflitos na fronteira) mostra que “[...] embora os brasileiros estivessem presentes na fronteira Leste do Paraguai desde o início do século XX, o sujeito social *brasiguai* surgiu na década de 1980, a partir das lutas realizadas nos movimentos sociais”. Mas explica que existe também um sujeito social *brasiguai* desvinculado dos movimentos sociais, territorializado precariamente, meio brasileiro e meio paraguaio. “Trata-se de sujeitos despossuídos de terra, de organização, emprego, segurança, escola, direitos, cidadania etc”. Esclarece ainda que os *brasiguaios* concernem a uma categoria social diversa da de fazendeiros brasileiros do agronegócio da soja, no Paraguai. Até mesmo esses fazendeiros viram suas terras serem ocupadas pelos *campesinos* paraguaios organizados em diversos movimentos sociais que intensificaram suas lutas no início do governo do presidente Fernando Lugo, a partir de 2008. “A ocupação de terras de fazendeiros brasileiros pelos *campesinos* acrescenta novos elementos à interpretação da fronteira, aliás, uma fronteira em conflitos”.

Se por um lado os artigos demonstram os impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais desse processo de expropriação, exploração e acumulação sistêmica da tríade terra, trabalho e capital, por outro, elucidam os processos de construção de novas territorialidades e identidades. Assim quilombolas, indígenas, pescadores, moradores de bairros populares, camponeses, brasiguaios se atualizam nos conflitos de racionalidades, territorialidades em antagonismos e fronteiras em conflitos.

Alessandra Freixo (Do sertão dos Tocós ao território do sisal: rumo à invenção duma região e uma vocação) investiga como “[...] se constrói uma narrativa e uma representação sobre um lugar, que, longe de ser fixa, é continuamente constituída tanto na esfera do lugar como também para fora deste, e como esta narrativa informa os próprios agricultores de que, apropriando-se dela, tecem cotidianamente suas relações no ambiente”, ou seja, busca ir “[...] além duma perspectiva fixista na análise duma região, compreendendo-a como um constructo social fortemente relacionado às narrativas e representações que cotidianamente se criam sobre esse espaço, num sentido tanto de dentro para fora como de fora para dentro dessa região”, um espaço onde tanto se “combinam” o geral e o global quanto o particular o do lugar, a partir das representações e práticas cotidianas que aí se desenvolvem. A autora expõe a região sisaleira, da “vocação natural” do semiárido baiano para a cultura do agave e do “território do sisal”, bem como “as diversas narrativas que os agricultores da região produzem sobre seu passado”.

E como as identidades são construídas no movimento, pegamos carona no artigo de Zenaldo V. Rodrigues (A trajetória que se repete: análise da mobilidade dos trabalhadores rurais das usinas sucroalcooleiras de Conceição da Barra – ES) que nos traz de volta ao Espírito Santo a partir da análise da realidade dos nordestinos, empregados no setor sucroalcooleiro de Conceição da Barra, Norte do ES, pois sua pesquisa “[...] não evidenciou a perda do vínculo afetivo e de identidade desses trabalhadores em relação às suas origens, embora permaneçam a maior parte do ano longe de sua cidade natal, numa trajetória que se repete em cada recomeço da safra canavieira.” Por isso, não se pode estimar “[...] que esse tipo de movimento seja equivalente ao ato migratório habitual, tendo em vista que, de maneira geral, os volantes

não consideram como sua a terra em que mantêm relação, estritamente, para o desempenho de seus trabalhos”.

O autor constata ainda que os deslocamentos dos povos, muitas vezes, são de ordem econômica. Mas, também, apura outros processos correlatos como de os trabalhadores se manterem “[...] fiéis aos empregadores, de forma que se predispõem a repetir o trajeto à medida que são convocados”; diz ainda que “[...] os camponeses estão dispostos a seguir para qualquer parte do país, em razão da oportunidade de conquistas financeiras”. E, esposando essa lógica, prossegue: “[...] também prevalece uma rede de solidariedade mútua que proporciona segurança aos iniciantes, além de constituir um sistema de informações significativo para as oportunidades de emprego e de obtenção de conhecimento acerca da realidade do local de destino”.

Talvez por essas lógicas das territorialidades é que Heitor L. F. Praça parte, em seu artigo (Unidade de conservação como território e territorialização: aspectos políticos da transformação cultural no meio rural) de três conceitos principais – o *território*, o *camponês* e a *cultura* – para analisar umas das primeiras experiências participativas de criação das Unidades de Conservação (UC), a do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (Pesb), localizado na mesorregião administrativa denominada Zona da Mata, no Sudeste do Estado de Minas Gerais. O autor identifica que a “[...] transformação da cultura política daquela população tem assim grande parte de seu curso guiado pela formação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais locais e estes, por sua vez, são tributários do trabalho de formação realizado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB)”. Disso deriva a afirmação acerca da importância dos intermediários entre as comunidades rurais e a “outra-parte” da sociedade, ou seja, o papel dos mediadores. Assim, a criação do parque foi um aprendizado porque foi participativo e dialógico.

Os artigos nos convidam ao diálogo com o diverso, com os movimentos e com as transformações. Luciano M. Coutinho e Roberto A. Cecílio (Análise de dados agropecuários por Geoprocessamento: o caso da Região Sul do Estado do Espírito Santo) chamam atenção para a necessidade de a Geografia estudar a distribuição dos grupos sociais e de suas atividades sobre a superfície terrestre (relações homem-natureza). Para isso, realizam uma pesquisa sobre o Sul do Estado do Espírito Santo.

Segundo os autores, essa região tem seu “[...] contexto de ocupação de desenvolvimento socioeconômico marcado pela predominância de atividades agropecuárias, destacando-se a diversidade de lavouras (café e cana-de-açúcar, principalmente), pastagens para gado bovino e agricultura de subsistência nas pequenas propriedades”. O aspecto que mais ressaltam os autores é o fato de essa região apresentar “[...] grande heterogeneidade de distribuição e de uso das terras agropecuárias” e que a “[...] distribuição de renda, com base nos valores de PIB total, renda *per capita* e produção por setor, apresenta grandes disparidades por Município”.

Maria de F. A. Martins e Ana M. S. Coelho (Trabalho de campo no vale do Jequitinhonha: uma possibilidade de aproximação da realidade do campo) nos convidam às reflexões a partir da experiência de formação de professores da educação básica do campo que teve lugar no curso de Licenciatura em Educação do Campo oferecido pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, com o objetivo de “[...] identificar as especificidades dos saberes e das práticas” dos licenciandos, no sentido de “[...] compreender a prática de campo” tanto na Geografia quanto fora dela, como uma das formas possíveis de “[...] aproximação do conhecimento sobre as diferentes práticas espaciais e os saberes que estas contêm”. Para as autoras, o “[...] exercício reflexivo sobre a pesquisa nos espaços de atuação dos licenciandos revelou-se uma excelente articulação entre a prática e as discussões curriculares”.

Nessa perspectiva, as pesquisadoras nos provocam um “[...] refletir sobre as especificidades dos saberes dos professores do campo” que nos “[...] remete também a questões relativas à sociedade e aos sentidos da educação, ou seja, a pensar de que maneira a educação pode alcançar o desejável, ir além e chegar aos diferentes espaços, como objetivo e sentido, de forma emancipatória”.

Os artigos nos convidam a olhares sobre a diversidade dos processos, formas, ações e transformações no/do território brasileiro e suas relações com outros territórios e povos. Convidamos também à sua leitura atenta. Os comentários, as críticas e os aprofundamentos também podem servir de base para inúmeros outros artigos que podem ser enviados para os próximos números desta revista *Geografares*.